

# OS JESUÍTAS E SUAS ATIVIDADES LINGÜÍSTICAS NO BRASIL

José Rogério Fontenele Bessa\*

## RESUMO

Trabalho em que se discorre sobre as atividades lingüísticas dos Jesuítas no Brasil, no período que se inicia em 1550 e termina em 1621. É de natureza documental e se apóia em fontes de evidente valor histórico e lingüístico, entre as quais se salientam as obras codificadoras da realidade lingüística indígena — a gramática de José de Anchieta e a de Luiz Figueira — e as narrativas epistolares compendiadas no volume das *Cartas Avulsas*, editadas no Rio de Janeiro, em 1931, por iniciativa da Academia Brasileira de Letras. Estas *Cartas...* importante manancial de subsídios para o estudo e a descrição da Língua Portuguesa no Brasil no século XVI, revelam, em geral, as múltiplas ações missionárias e, em particular, dois tipos de atividades lingüísticas no processo catequético: a “interpretação” na forma de “tradução paralela”, ainda “não-simultânea”, e a “tradução” propriamente dita; atestam, além disso, contrariamente à “tese da artificialidade”, a “naturalidade” da denominada “língua geral”. Em suma, consideram-se as seguintes questões: a) os Jesuítas e as estratégias do processo catequético; b) os diferentes tipos de “atividades lingüísticas” identificadas no referido processo; c) algumas diferenças entre os produtos da sistematização gramatical; e d) a controvérsia da “artificialidade” ou “naturalidade” da língua ou das línguas codificadas.

## ABSTRACT

This work deals with the Jesuits' linguistic activities in Brazil, in the period which starts in 1550 and finishes in 1621. It is of fundamental importance and relies upon evident basis of historical and linguistic values among them

we can emphasize the works which present the codification on the Indian linguistic reality — the Grammar by José de Anchieta and that by Luiz Figueira — and the epistolary narratives collected in the volume of *Cartas Avulsas*, issued in Rio de Janeiro, in 1931, had its introductory step in the Brazilian Academy of Letters. These *Cartas...*, important sources of subsidy to the study and description of the Portuguese language in Brazil in the sixteenth century, reveal, in general, the multiple missionary actions, and, in particular, two kinds of linguistic activities in the cathetic process: the “interpretation” in the form of “parallel translation”, not “simultaneous translation” yet, and the very translation as it is known; they testify, besides that, in opposition to “thesis of artificiality”, the “naturality” of the so called “língua oral”. In short, it is considered the following questions: a) the Jesuits and the strategies of the cathetic process; b) the different kinds of “linguistic activities” identified in the referred process; c) some differences between the two products of grammatical systematization; and d) the controversy of “artificiality” or “naturality” of the language or of the languages codified.

**PALAVRAS-CHAVE:** Lingüística. Gramática. História do Brasil. Tupi-Guarani. Língua geral. Dialeto.

## 1. Considerações preliminares

Idéia muito feliz e muito acertada teve o dialetólogo e lexicógrafo José Alves Fernandes, quando, ao aceitar o convite que lhe fez a Professora Maria Dulce Sousa Castelo, Coordenadora Geral das Casas de Cultura Estrangeira, no sentido de fazer parte da Comissão Organizadora do Seminário em comemoração ao Quingentésimo Aniversário de Descobrimto da América, houve por bem propor aos que em torno de si congregou, para levar a cabo a tarefa de que

\* Doutor em Letras Vernáculas (Língua Portuguesa). Professor aposentado da UFC.

foi incumbido, o tema da "Influência do Descobrimento na ordem dos conhecimentos lingüísticos e literários". Ideia feliz e acertada, repetimos, porque, embora já implícita em tratados e manuais da Literatura Brasileira e da Lingüística, sobretudo, em obras catalogadas e classificadas como pertencentes ao "Português do e/ou no Brasil", não foi antes, ao que saibamos, abordada diretamente.

"Influência", a palavra inicial do tema, é muito apropriada, muito mais apropriada que, por exemplo, "conseqüência" e, a optar por esta, teríamos que empregá-la no plural, porque o "Descobrimento da América" e, em particular, o "do Brasil" desencadeou uma série de importantíssimos acontecimentos. Vieram, primeiramente, espanhóis e portugueses e as conquistadas destes despertaram outros povos. Cá estiveram holandeses e franceses em missões que não tiveram sucesso. Isto foi uma "conseqüência", não uma "influência". Claro é, no entanto, que holandeses e franceses também concorreram para a ordem de nossos conhecimentos lingüísticos e literários. Entre os reforços aos Franceses no Rio, em 1557, veio o grande cronista, discípulo de Calvino, Jean de Léry, autor de *Viagem à terra do Brasil*, obra valiosíssima em que se descrevem espécimes da fauna e flora brasileiras, o índio, seus hábitos e aspectos de sua cultura material e espiritual. Esta obra contém o precioso "Colóquio de entrada ou chegada ao Brasil, entre a gente do país chamada Tupinambá e Tupiniquim, em linguagem brasílica e francesa", cujo texto foi restaurado, traduzido e anotado por Plínio Ayrosa que releva o valor deste documento nos seguintes termos:

O Colóquio que ora tentamos restaurar, traduzir e anotar, é um dos mais valiosos documentos quinhentistas para o estudo do tupi-guarani brasílico. De fato, em nenhum outro cronista dos anos afastados em que se iniciava a colonização regular do Brasil, encontraremos elementos tão abundantes e tão curiosos sobre a chamada língua-geral que, por mais de um século foi, em verdade, o laço mais eficiente e mais sólido a ligar catequistas e catecúmenos, colonizadores e naturais da terra, cabos de tropa e mamelucos.<sup>1</sup>

A obra de Léry é, pois, conseqüência do Descobrimento, mas obra que concorre poderosamente, sobretudo, para a ordem de nossos conhecimentos lingüísticos. Também "conseqüência" do Descobrimento é a vinda dos Jesuítas para os futuros países da América. Da atuação dos Jesuítas no Brasil se deriva toda a sorte ou ordem de conhecimentos lingüísticos e literários gerados a partir de uma realidade nova e inteiramente distinta da européia,

realidade cultural nova e inusitada na ótica dos conquistadores, tanto material quanto espiritualmente. São o "novo" e o "inusitado" determinando a necessidade imperiosa do "registro" da descoberta realidade por meio de cartas, relações, gramáticas, autos e diálogos, todas estas formas de registro da realidade "nova" e "inusitada" compreendidas numa rubrica denominável como "literatura missionária".

Nesta literatura assim denominada, divisar-se-iam duas fontes de conhecimentos: uma de interesse "literário" *stricto sensu* e outra "não-literária", também em sentido escrito, mas ambas propiciadoras do desenvolvimento de uma atividade de caráter exegético em benefício de vários domínios do saber, entre estes os da Antropologia, Etnografia, Etnologia, Geografia e História, além de outros.

Não obstante esta distinção que se pode fazer no grande âmbito da "literatura missionária", todas as atividades de registro são de natureza lingüística. O afastamento ou distanciamento da perspectiva histórica de sua "escrituração" ou "elaboração escrita" é que verdadeiramente faculta um ajuizamento de valor, ou seja, a apreensão ou percepção de seu valor puramente "literário" ou "lingüístico" em sentido estrito. Para nos fazermos melhor compreender, nada melhor que estas palavras de Jesus Bello Galvão:

O propósito de expressão artística excluiria, por exemplo, a Carta de Pero Vaz de Caminha, ou escritos de outros cujo fim maior era informar ou pedir à Corte fatos e coisas, decisões e providências relativas ao feito, em diálogo tipicamente comercial, na transação de dados, ordens, serviços e pedidos de favores...

No entanto, (nessa eterna interfeccção autor-leitor) nada e ninguém pode impedir que leitura ulterior lhe atribua e descubra intimidades artísticas, não intencionadas pelos autores. Certas vezes por matizes estilísticos do contexto extra-lingüístico que força o instrumento de expressão a se adequar à fixação de outra realidade expressível — a nova. Encorpando-a.

Isto pode acontecer também em decorrência da perspectiva histórica. A acronicidade da língua-escrita, por documental, assegura e faculta, à distância, a interpretação e juízo, pelos de depois, pelos de hoje como nós. Mas no momento em que a Carta foi escrita e lida não era, *in se et per se*, obra de arte; arte literária, pois, ainda não.<sup>2</sup>

Por conseguinte, ideia mais feliz que esta da "Influência do Descobrimento na ordem dos conhecimentos lingüísticos

<sup>1</sup> AYROSA, Plínio. Nota prévia ao Capítulo XX. In: LÉRY, Jean de. *Viagem à terra do Brasil*. Trad. integral e notas de Sérgio Milliet segundo a edição de Paul Gaffarel com o Colóquio na língua brasílica e notas tupinológicas de Plínio Ayrosa. 2. ed.. São Paulo, Martins (s.d.) p. 247.

<sup>2</sup> GALVÃO, Jesus Bello. Marco iniciante e realidade da Literatura do Brasil. *Linguagem*; Publicação oficial do Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1 (1):9-26, 1978, p. 11-2.

e literários” não poderia haver de acordo com a nossa visão. E uma reflexão em torno deste grande acontecimento histórico que é o “Descobrimto da América” impele qualquer profissional da área das Letras a raciocinar lingüísticamente, ou seja, a pensar no positivo saldo lingüístico e literário e a dar asas à imaginação. Um lingüista logo se lembrará de que 1992 não é apenas o ano do “Quingentésimo Aniversário do Descobrimto da América”, mas ainda o do “Quingentésimo Aniversário de Publicação” da *Gramática castellana*, de Antonio de Nebrija, a primeira gramática surgida no âmbito das chamadas “línguas vulgares”.

Tema, portanto, muito palpitante. Por isso mesmo, torna-se necessário contermos a imaginação e restringirmos à fatia lingüística do tema deste seminário, fatia que houvemos por bem assim denominar: “Os jesuítas e suas atividades lingüísticas no Brasil”. Ainda assim, pareceram-nos necessárias outras delimitações, porque, em menos de um mês, não era possível empreender a leitura de toda a literatura referente ao tema para o rastreamento de todas as atividades lingüísticas desenvolvidas, no Brasil, pelos Jesuítas desde a sua chegada em 1549 até a sua expulsão de nosso País em 1759. Assim, circunscreveremos a abordagem do assunto ao período que se inicia em 1550, data que assinala o primeiro registro epistolar jesuítico e termina em 1621 com a publicação, em Lisboa, da Gramática do Pe. Luiz Figueira. Não nos tendo sido possível o acesso a toda a literatura missionária produzida no período por nós delimitado, restringimos a pesquisa e a reflexão a umas poucas fontes, que são, no entanto, sem nenhuma dúvida, da maior relevância.

Da maior relevância lingüística, mas não só lingüística como convém esclarecer, são as *Cartas avulsas*, publicação de iniciativa da Academia Brasileira de Letras, editadas no Rio de Janeiro, em 1931, com “Introdução” e “Notas” de Afrânio Peixoto. Lendo algumas destas cartas, convencemo-nos de que a escola não nos ensinou a verdadeira História do Brasil em seus primórdios. Tem inteira razão Afrânio Peixoto ao afirmar:

Nessas cartas, que são documentos, vê-se de fato o Brasil amanhecer. Quando ellas acabam, neste volume, apenas com durarem perto de vinte annos, já vai alto o sol. Não se come mais carne humana; cada um tem sua mulher, a sua família, aprende-se a ler e escrever; aprendem-se officios. As palhoças são agora casas de taipa ou de pedra. Estuda-se latim, música, lógica e, até a “Eneida” de Vergilio, um irmão lente lê e commenta em

classe. Fortalezas, estradas, engenhos. Ha certeza já, sem os Franceses, que vingará o Brasil Português<sup>3</sup>

As *Cartas*, além de revelarem fatos e conhecimentos de múltipla ordem, são antes de tudo importantes para o alicerçamento ou reforço do conhecimento referente à Língua Portuguesa do século XVI, bem como para o vislumbramento das atividades lingüísticas desenvolvidas, em quase vinte anos, pelos Jesuítas. Elas nos dão conta das múltiplas atividades jesuíticas, tais como a construção de casas e de igrejas, a fundação de colégios e seminários, das cerimônias religiosas, da seleção, entre descendentes de portugueses e entre índios, de membros para a Companhia de Jesus, da admissão de noviços, da vinda de Irmãos de Portugal para o Brasil, da ordenação sacerdotal no Brasil de Irmãos vindos do reino e de Irmãos aqui formados, de perigosas andanças nas selvas. Dão conta, em suma, da origem e da formação da sociedade brasileira. Delas diz Afrânio Peixoto na “Introdução”:

Nenhum dos livros “coloniaes”, nem mesmo os livros de Nóbrega, de Anchieta, de Cardim, trata tão bem “do Brasil” (...) como este das “Cartas Avulsas. Para dar impressão sincera que delle recebi, direi que é livro como um “film”, fita rude no principio — as coisas mais difficeis no começo, do Padre Navarro — mas, demoradamente, e por fim, se aperfeicoando, subindo, mudando, amanhecendo, apparecendo o sol, tudo já illuminado de certeza, o Brasil! Não é uma chronica ou informaçao, retrato, vista parada, “estatica”, como as outras, os outros livros; são cartas, informações, documentos, que vêm de pontos diversos, de Pernambuco, dos Ilhéos, de São Vicente, da Bahia, do Espírito-Santo, de Porto Seguro, de Piratininga, de vinte e tantos missionários, em quasi vinte annos, e criam uma successão de factos e acontecimentos, como uma fita que passa aos nossos olhos e ao nosso coração, o Brasil infante.<sup>4</sup>

Ao ler estas “*Cartas...*”, tivemos a mesma impressão, mas a nossa atenção esteve voltada, sobretudo, para as questões de ordem lingüística, questões ainda não devidamente esclarecidas e uma, mais que todas, intrigante e controversa, qual seja a da verdadeira natureza da língua que

<sup>3</sup> PEIXOTO, Afrânio. Introdução. In: ACADEMIA Brasileira (de Letras) *Cartas avulsas*. Rio de Janeiro, Officina Industrial Graphica, 1931, p. 13. À “Introdução”, seguem-se duas outras inestimáveis colaborações de Afrânio Peixoto: a “Synopse da História do Brasil e da Missão dos Padres Jesuítas, de 1549 a 1568”, p. 21-38, e a “Missão Jesuítica ao Brasil”, p. 39-47, ambas acompanhadas de notas de rodapé, riquíssimas e bastante esclarecedoras. A “Introdução” e estas duas colaborações muito nos orientam no que concerne, seja à leitura das próprias *Cartas*, seja à localização de provas documentais referentes aos tipos de atividades lingüísticas dos Jesuítas no Brasil. Trabalhos, portanto, louváveis sob muitos aspectos, sem a ajuda dos quais não nos haveria sido possível desenvolver o tema que nos propusemos abordar.

<sup>4</sup> Id. *ibid.*, p. 18.

foi o veículo de comunicação entre os Jesuítas e os Índios, questão de que trataremos mais adiante à luz das "Cartas..." e de outros documentos e supostamente autorizadas fontes de consulta. As "Cartas..." serviram-nos, principalmente, para inferências quanto aos tipos de atividades lingüísticas dos Jesuítas no Brasil. Graças a elas, a outras fontes bibliográficas e a um conhecimento prévio de e em torno de duas das mais importantes obras da literatura lingüística missionária, conseguimos arquetetar o desenvolvimento do tema desta Conferência, que requer uma breve recapitulação histórica de alguns pontos do processo oficial de colonização do Brasil em um espaço de tempo, que é o acima delimitado. Começaremos por esta recapitulação, aí enfatizando algumas informações sobre "Os Jesuítas e as estratégias do processo catequético", para, em seguida, considerarmos, os diferentes tipos de "atividades lingüísticas" identificadas neste processo. Apreciaremos depois os "produtos da sistematização gramatical", ou seja, as duas "artes de gramática", marcos iniciais da Lingüística no Brasil, para, em último plano, enfocarmos a questão "intrigante e controversa", isto é, a da "naturalidade ou artificialidade da língua ou das línguas codificadas pelos Padres José de Anchieta e Luiz Figueira.

## 2. Os Jesuítas e as estratégias do processo catequético

Chegaram eles ao Brasil em 1549, mais precisamente, em 29 de março daquele ano. Vieram com o 1º Governador Geral Thomé de Sousa e a 1ª Missão dos Jesuítas era composta dos Padres Manoel da Nóbrega, Juan de Azpilcueta-Navarro, Leonardo Nunes, Antônio Pires e Irmãos Diogo Jacome e Vicente Rodrigues. José de Anchieta, o Apóstolo do Brasil, cuja ordenação sacerdotal só ocorrerá em 1565, época em que já havia escrito a sua famosa "arte de gramática", chega ao Brasil em 1553, fazendo parte da 3ª Missão Jesuítica que veio com o 2º Governador Geral D. Duarte da Costa. Esta missão se compunha dos Padres Luís da Grã, um dos maiores peritos na "língua brasilica", cuja aprendizagem foi por ele tornada obrigatória no Colégio da Bahia em 1660; Braz Lourenço; e dos Irmãos João Gonçalves, Antonio Blasquez e Gregorio Serrão.<sup>5</sup>

De 1549 a 1568, vieram ao todo, oito missões, compostas sempre por Padres e Irmãos, que eram os que aspiravam à ordenação sacerdotal. Quase todos eles chegaram a se ordenar e vinham não apenas de Portugal, mas de outras

partes também, o que significa que não eram todos portugueses. Juan ou João de Azpilcueta-Navarro e Antônio Blasquez, como já os próprios sobrenomes denunciavam, eram espanhóis; José de Anchieta, canarino, o Padre João Dito, belga. Todos, no entanto, pensavam do mesmo modo, inacianamente. E como bons inacianos a tudo estavam dispostos, inclusive ao martírio. De modo que as privações e provações eram nada em face do que lhes pudesse acontecer a qualquer momento. Ao martírio muitos almejavam. Vicente Rodrigues, em "Carta da Bahia de Todos os Santos de 17 de março de 1552", não esconde este desejo:

Finalmente, Amados em Cristo, vinde nos ajudar que somos poucos e a terra grande, os demonios muitos, a caridade mui pouca. Vinde mui cheios della e nella trareis toda a livraria do collegio; mais acaba esta que todos os meios humanos. Praza ao Senhor que nella arçamos de maneira que mereçamos derramar quanto sangue temos, em retorno de quanto Nosso Senhor Jesus Christo derramou por nós, e cumpridos assi nossos desejos nos ajuntemos com elle na glória. (C. Av. XI, p. 114)<sup>6</sup>

Ainda o mesmo Vicente Rodrigues, em outra "Carta", esta da "Cidade de S. Salvador aos 17 de setembro de 1552", conclama os Irmãos na Fé a colaborarem em sua tarefa missionária nos seguintes termos:

Muitas vezes penso, Irmãos, que estes Gentios esperam que seja o nosso sangue o fundamento desta nova igreja, e por isso vinde, trazei-o para que Christo Nosso Senhor se digne de aceita-lo. (C. Av. XV, p. 136).

Os Jesuítas que vieram para o Brasil eram assim homens predispostos, disciplinados, solidamente edificados no plano espiritual e também preparados para enfrentar as dificuldades do plano temporal. Não havia aqui mão-de-obra especializada para nada e eles tiveram que aprender e ensinar as especialidades. As necessidades e as circunstâncias do Novo Mundo tornaram-nos "homens dos sete instrumentos". Em "Carta... da Capitania de Pernambuco, aos Irmãos da Companhia, de 2 de agosto de 1551", o Padre Antônio Pires afirma, neste particular, com certo chiste religioso:

<sup>5</sup> Para a comprovação destas e de outras informações referentes às Missões dos Jesuítas, v. PEIXOTO, Afrânio. *Synopse da História do Brasil e da Missão dos Padres Jesuítas, de 1549 a 1568*.

<sup>6</sup> Os trechos abonatórios extraídos das *Cartas Avulsas* serão, como o acima, sempre referenciados no corpo do próprio trabalho, objetivando com esta medida separar as referências aos mencionados trechos das referências, que fazemos em seção especial, a excertos de outras fontes, teóricas e não-teóricas. Deste modo, estabelecemos para este trabalho dois tipos de referências: a) *internas*, que são as que se localizam no texto; e b) *externas*, que são as que se concentram nesta seção especial de "6. Notas". Nas referências internas, repetimos o sistema de referência, inteligente e prático, empregado por Afrânio Peixoto, que convencionou a abreviação "C. Av." para "Cartas Avulsas", à qual fez seguir o número da "carta" em algarismos romanos e a estes, o número da página em algarismos arábicos, antecedidos da abreviatura "p."

Nesta terra, pela falta que há de officiaes, a necessidade nos faz aprender todos os officios; porque de mim vos digo que pelos officios que nesta terra tenho aprendido poderia já viver. (C. Av. V, p. 84)

E assim construíram casas, erigiram igrejas e colégios, praticaram a agricultura na formação de hortas para o próprio sustento e dos meninos que se instruíam e se educavam em seus colégios. Ensinaram os índios a fazerem suas roças, para tirá-los da ociosidade e do canibalismo. Ensinaram as mulheres a tecerem, para que todos se vestissem e assim se extinguisse o espetáculo da nudez.

Através da catequese, os Jesuítas objetivavam a formação integral do homem e é claro que, para atingirem este "desideratum", não podiam prescindir da introdução da educação formal. Por isso, fundaram colégios por onde passaram e onde estiveram. O primeiro colégio por eles fundado foi o da "Casa de São Paulo", em Piratininga, em 1556; no mesmo ano, fundaram o da Bahia; e, em 1567, o do Rio de Janeiro. Na consecução do objetivo de formar integralmente o homem, "catequese", "educação" e "instrução" não se dissociavam. Neste particular, sirvam-nos de apoio ao nosso pensamento estas palavras de Francisco Assis Martins Fernandes, um pouco extensas, mas necessárias, porque descrevem as "estratégias do processo catequético":

Os jesuítas souberam aliar o trabalho apostólico da catequese ao da educação e da instrução. E para isso empregaram sua metodologia pedagógica, com fundamentos científicos fixados pela Ratio Studiorum.

Sua pedagogia, estruturada de maneira harmoniosa, fazia convergir toda a vida escolar do colégio — administração, currículo, método e entretenimentos — para um fim único: a educação integral do homem. Os dezessete

colégios e dez seminários fundados no Brasil fizeram dos missionários inacianos os precursores do ensino na Terra de Santa Cruz.

Partindo do pressuposto de que os índios não possuíam uma bagagem cultural para assimilar totalmente a cultura européia e cristã, considerada "superior", os padres da Companhia de Jesus optaram pelo método da acomodação, que não destruía, mas respeitava e conservava tudo o que havia de positivo nos costumes indígenas.

Para o bom êxito da "empresa", lançaram mãos da língua, como valioso e importantíssimo meio de comunicação. Entregaram-se ao aprendizado do idioma tupi-guarani, denominado de "língua-geral".<sup>7</sup>

O método da "acomodação", que teria supostamente atrasado o processo de expansão da "lusofonia", foi posto em prática até 1759, quando os Jesuítas são, então, expulsos do Brasil, e desbaratadas todas as bibliotecas por eles criadas, o que foi um dos maiores crimes cometidos pela Administração Portuguesa contra a cultura nacional.<sup>8</sup> Há que notar, no entanto, que, ao adotarem o referido método, os Jesuítas agiram em consonância com o poder temporal. Esta foi a impressão que nos ficou da (Informação) dos *Primeiros aldeamentos na Baía*, trabalho escrito por José de Anchieta em 1584.

Este trabalho revela que a preocupação maior do rei de Portugal não era, até então, a imposição da língua e cultura portuguesas, senão a expansão da Fé com a cristianização dos índios. Vinculada a esta preocupação, que se manifesta nas próprias determinações do Rei de Portugal, algumas das quais reproduzidas no trabalho de Anchieta, estava uma especificamente lingüística, a da aprendizagem da língua indígena, pois que, nesta, a catequese era mais exequível. Como diz o próprio Padre José de Anchieta neste trabalho:

<sup>7</sup> FERNANDES, Francisco Assis Martins. *A comunicação na pedagogia dos Jesuítas na era colonial*. São Paulo, Edições Loyola, 1980, p. 116. A afirmação final do trecho acima reproduzido merece ser vista com certa reserva, porque: a) não é de todo certo que a "língua geral" contivesse, na base, traços das línguas "tupi" e "guarani" nem, muito menos, que a "língua geral" fosse o "tupi-guarani"; b) a impressão que temos é a de que a referida língua era "geral" apenas no Brasil e não, em toda a América do Sul; c) "tupi" e "guarani" eram denominações de duas línguas aparentadas e, portanto, pertencentes a um mesmo tronco lingüístico: a primeira é "língua morta", mas a segunda subsiste e "até hoje", como se lê no *Novo dicionário da Língua Portuguesa*, de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, "é língua dominante na República do Paraguai". A comunicação entre falantes das duas línguas era, ao que tudo indica, possível, conforme o que se acha descrito na C. Av. XVI, p. 138. Em todo caso, há, entre os especialistas no assunto, quem adote indistintamente, ora a denominação de "tupi", ora a de "tupi-guarani". V. a nota 17 adiante.

<sup>8</sup> Sobre o assunto, leia-se, em: MORAES, Rubens Borba de. *Livros e bibliotecas no Brasil colonial*. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos; São Paulo, Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1979. 234 p. (Biblioteca Universitária de literatura brasileira: Série A; v. 6), o capítulo que se intitula "As bibliotecas dos jesuítas", p. 3-9. Aí nos revela o A. como se formaram essas bibliotecas, mas também o piorou, como os seus valiosos e riquíssimos acervos foram destruídos com a expulsão dos Jesuítas. A este verdadeiro "crime" Rubens Borba de Moraes se refere nos seguintes termos:

*As bibliotecas sofreram um golpe terrível com a expulsão da Companhia de Jesus. Todos os seus bens foram confiscados, inclusive as bibliotecas. Livros retirados dos colégios ficavam amontoados em lugares impróprios, durante anos, enquanto se procedia ao inventário dos bens dos inacianos. Se uma outra obra foi incorporada aos bispados, algumas remetidas para Lisboa, a quase totalidade foi dilapidada, roubada ou vendida como papel velho a boticários para embalar unguentos. O clima úmido e os insetos deram cabo ao restante. (p. 6)*

foram também os ditos Padres aprendendo a língua do gentio para que sua conversão tivesse melhor efeito.<sup>9</sup>

Neste particular, portanto, os colonizadores, durante o século XVI, ainda não imbuídos de qualquer ambição material ou pondo em segundo plano a ideologia expansionista, "subjacente", como diz Celso Cunha, "à doutrina da língua companheira do império, enunciada por Antonio de Nebrija em 1492",<sup>10</sup> mas repletos de sentimentos puramente cristãos, houveram-se muito bem e adotaram medidas sábias. Totalmente contrária é, como lemos em *Língua, nação, alienação*, de Celso Cunha, a "claramente expressa na criação dos Diretórios pelo Marquês de Pombal, golpe de morte dado na "língua geral" em nosso país".<sup>11</sup>

Mas no século XVI, uma medida como a da "Lei de 3 de maio de 1757, aplicada ao Pará e ao Maranhão e estendida em 17 de agosto de 1758 a todo o Brasil", da qual se acha reproduzido um trecho na citada obra de Celso Cunha,<sup>12</sup> era impraticável. A Língua Portuguesa, no princípio da colonização, era um obstáculo à catequese. Os índios a achavam muito difícil e, desse modo, os missionários, como hoje diríamos, fizeram "opção preferencial" pela "língua brasileira", o que não significa que em seu ensino não se tenham empenhado. Antônio de Sá, ainda irmão, escrevendo do Espírito Santo a 13 de junho de 1559, diz:

Eu ensino agora cá a doutrina christan e as orações em nosso romance, como sempre fizemos, depois que nos mandaram dizer que era necessário concertarem-se alguns vocabulos que estavam na doutrina. Si lá tiverem alguma maneira de ensinarem na língua brasileira, mandem-nol-a, por que de outra maneira difficulosamente se lhes metterá na cabeça, ainda que lhes vozeem cada hora e cada momento. Elles me dizem que nosso romance é muito trabalhoso de tomar, mas nem por isso lhes deixo de ensinar todos os dias, e acodem-me todos quantos ha na aldeia, porque os levo por minha simples maneira e algumas vezes fallo em língua brasileira com elles o que sei e contentam-se muito. (C. Av. XXVIII, p. 211).

A atuação dos Jesuítas não se circunscreveu a pontos da costa brasileira que vão de Pernambuco ao Espírito Santo. Estendeu-se a outros depois, acompanhando sempre as missões de força destinadas, ora a etnocídios e glotocídios indígenas, ora a expulsão de invasores do território. O início da colonização do Ceará se verifica em 1603 com toda a truculência do açoriano Pero Coelho de Souza, que motivou a vinda dos Jesuítas Francisco Pinto, o primeiro mártir cearense e Luiz Figueira, autor da segunda "arte de gramática". É também da autoria deste a célebre "Relação do Maranhão", que data de 1608, mais precisamente "26 de março de 1608" como se lê no próprio texto. Apesar disto, há quem considere suspeita a datação atestada na própria "Relação...".

Este problema, no entanto, não tem interesse no momento. De resto, não pode sobrepor-se aqui à múltipla importância e ao valor intrínseco do texto, que é, como o afirmou o historiador José Aurélio Saraiva Câmara, "o mais antigo documento da História do Ceará".<sup>13</sup> Publicada pela primeira vez em 1903 na *Revista do Instituto do Ceará*, por iniciativa do Barão de Studart, reeditada em São Paulo (1911) por Rafael Galanti em sua *História do Brasil*, depois em Lisboa (1940) pelo Padre Serafim Leite em sua obra intitulada: *Luiz Figueira: a sua vida heróica e a sua obra literária* e, finalmente, em Fortaleza (1967) na obra *Três documentos do Ceará colonial*, a "Relação do Maranhão" desperta interesse não apenas por sua antiguidade, mas também por seu múltiplo valor intrínseco: histórico, antropológico, etnográfico e geográfico. A esta múltipla importância do documento se reportou Th. Pompeu Sobrinho nos seguintes termos:

Sem dúvida, o documento bem merece o qualificativo de precioso e oferece interesse incontestável aos historiôgrafos cearenses, senão mesmo aos do País, não somente pelo seu pioneirismo e antiguidade como pela grande cópia de informações que proporciona a respeito da nossa alvorada histórica. Também proporciona curiosas notícias ao antropólogo, interessado no estudo das humanas origens cearenses. As suas informações de caráter etnográfico e até mesmo racial devem ser apreciadas com muita atenção. Embora não

<sup>9</sup> ANCHIETA, Joseph de. *Primeiros aldeamentos na Baía*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional/S.D. do M.E.S., 1946, p. 4.

<sup>10</sup> CUNHA, Celso. *Língua, nação, alienação*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1981, p. 85.

<sup>11</sup> Id. *ibid.*, p. 85-6.

<sup>12</sup> Id. *ibid.*, p. 92.

<sup>13</sup> Veja-se o "Prefácio" da obra *Três documentos do Ceará colonial*. Fortaleza, Departamento de Imprensa Oficial, 1967. Os três "documentos" compreendidos nesta obra são: a "Relação do Maranhão", do Padre Luiz Figueira, com "Introdução, notas e comentários" de Th. Pompeu Sobrinho; a "Relação do Ceará", de Martim Soares Moreno, com "Introdução, notas e comentários" de Raimundo Girão; e o "Diário de Matias Beck", com "Introdução, notas e comentários" de José Aurélio Saraiva Câmara. As outras informações bibliográficas se acham na nota seguinte.

extenso é ainda um repertório de notas geográficas da zona costeira do Ceará e sublitorânea, da barra do rio Curu ao altiplano da Ibiapaba.<sup>14</sup>

Infelizmente, o sábio mestre Th. Pompeu sobrinho não soube vislumbrar na variada e multifacetada importância do texto o valor lingüístico. Soube-o, no entanto, e o fez muito bem, Florival Seraine em trabalho originalmente publicado na *Revista do Instituto do Ceará* e posteriormente incluído em *Temas de linguagem e de folclore*.<sup>15</sup> Neste trabalho, Seraine comenta os aspectos sintáticos, ortográficos, morfológicos, estilísticos e lexicais da "Relação..." comparando-os e identificando-os com aspectos análogos vivos e correntes no "falar cearense atual", muitos dos quais documentados na "literatura regionalista cearense". Para justificar esta abordagem do texto, salienta que o Padre Luiz Figueira não teve preocupações literárias, mas que muitos dos aspectos lingüísticos presentes na "Relação..." atestam-se em obras de autores dos séculos XVI e anteriores. Por conseguinte, aspectos lingüísticos da Língua Portuguesa antiga reocorrem no texto, conservando-se arcaizantemente no "falar cearense atual".

Todos os documentos até aqui mencionados são, aliás, importantes para um estudo da modalidade brasileira da Língua Portuguesa. Igualmente o são na perspectiva de dois dos tipos de "atividades lingüísticas" desenvolvidas pelos Jesuítas no Brasil: a "interpretação", na forma de "tradução paralela", ainda "não-simultânea" e a "tradução" propriamente dita. No que diz respeito a estas duas atividades lingüísticas, as *Cartas avulsas* são, no entanto, mais reveladoras, fornecem mais evidências que os outros documentos por nós estudados. Nestas cartas, fundamentamos nossas apreciações em torno das "atividades lingüísticas dos Jesuítas no Brasil".

### 3. Atividades lingüísticas do processo catequético

As *Cartas avulsas* evidenciam que as atividades lingüísticas que acompanharam e tornaram exequível o processo catequético levado a efeito pelos Jesuítas no Brasil durante o século XVI em quase nada diferem da metodologia posta em prática pelos modernos lingüístas missionários. A diferença entre as atividades desenvolvidas pelos Jesuítas e as dos lingüístas missionários modernos, entre estes os do Summer Institute of Linguistics, por exemplo, é apenas tecnológica. Uns e outros apelaram e apelam para "intérpre-

tes" e "tradutores", tendo em vista a "codificação". Os produtos da moderna tecnologia têm favorecido e facilitado a pesquisa de campo empreendida pelos lingüísticos missionários de hoje. Os Jesuítas não dispuseram de "gravadores" para o registro das línguas por eles codificadas nem de "alfabetos fonéticos" para a transcrição precisa, rigorosa e uniforme das línguas com as quais se puseram em contato. Antes de considerarmos as "atividades lingüísticas" propriamente ditas, convém apreciar o "processo de aprendizagem da 'língua geral'", porque, desta maneira, tornaremos possível uma melhor compreensão das "atividades lingüísticas" dos Jesuítas no Brasil.

#### 3.1. O processo de aprendizagem da "língua geral"

Entre os padres das mais diferentes missões jesuíticas mandadas ao Brasil, houve uns que se notabilizaram pelo elevado grau de "proficiência" na "língua brasilica" e/ou "língua da terra", expressão denominativa também empregada com certa freqüência nas *Cartas Avulsas*. A última expressão, que é, por exemplo, adotada pelo Padre Juan de Azpilcueta-Navarro em trecho epistolar que adiante reproduziremos com outra finalidade, corresponde à denominação moderna de "língua nativa". Em torno desta língua gravitam algumas questões, duas das quais são de suma importância para o crescimento de nossos conhecimentos no âmbito de uma "Lingüística indígena brasileira".

Uma destas questões, que de todas é a mais grave e, por isso mesmo, demanda urgente estudo, diz respeito a saber se a denominada "língua brasilica" e/ou "língua da terra" teria mesmo existido ou não passa de uma elaboração ou "invenção" dos Jesuítas. Trata-se, portanto, de precisar a natureza desta língua ou, para melhor dizer, de lhe inferir a "naturalidade" ou a "artificialidade". Esta questão, enfrentá-la-emos aqui mais adiante em conexão com outra, que se refere à sua "essência" e/ou "constituição" tipológica. Tratar-se-ia de inferir-lhe a "gênese" ou o "fundamento" ou ainda a "fonte", mas assim abordar ou encarar esta questão não nos parece bem. Todavia, nestes termos, como veremos, tem sido ela abordada.

Para muitos, "língua brasilica" ou "língua geral" eram denominações de uma espécie de "língua franca" que tinha como base o "tupi" e foi disciplinizada pelos Jesuítas. Esta foi, por exemplo, a posição firmada pelo grande lingüista brasileiro J. Mattoso Câmara Jr.<sup>16</sup> A base era presumivelmente,

<sup>14</sup> POMPEU SOBRINHO, Th. "Introdução" à "Relação do Maranhão", do Padre Luiz Figueira. In: INSTITUTO do Ceará. *Três documentos do Ceará colonial*. Edição sob o patrocínio da Secretaria de Administração do Ceará. Fortaleza, Departamento de Imprensa Oficial, 1967, p. 10.

<sup>15</sup> SERAINE, Florival. A "Relação do Maranhão" do Padre Luiz Figueira e o falar cearense atual. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, 84: 21-55, 1970; também em: —. *Temas de linguagem e de folclore*. Fortaleza, Stylus Comunicações, 1987, p. 33-67.

<sup>16</sup> Cs. CÂMARA JR., J. Mattoso. *Introdução às línguas indígenas brasileiras*. 3 ed. Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico; Brasília, INL, 1977; cap. 6: "Os estudos lingüísticos no passado. A Tupinologia", p. 99-112 e, em especial, a p. 111. Adota aí o lingüista uma posição discursiva e dele diverge, por exemplo, o mestre Sílvio Elia no tocante à consideração da "língua geral" como "língua franca". Esta e outras implicações teóricas da posição firmada por Câmara Jr. são analisadas na seção 4 deste trabalho.

portanto, o "tupi" ou, provavelmente, conforme ponto de vista esposado por Antônio Houaiss em certo trecho de um de seus mais recentes trabalhos, o "tupi-guarani".<sup>17</sup> Apesar disso, inclina-se mais a admitir que esta "base" ou "fonte" era mesmo o "tupi", por ele considerado "troncal" e a que, obviamente, se atrelavam várias línguas afins. A língua com esta base ou desta fonte proveniente não foi, contudo, "única", mas provavelmente, como presumimos a partir das considerações de Antônio Houaiss, apenas a "primeira língua geral", sobre a qual, pressuposição nossa, teria incidido a ação codificadora de José de Anchieta.

Resultante, seja de um processo natural, seja de uma ação codificadora artificial (de uma "invenção"), esta língua, de fato, existiu e favoreceu, ao longo da segunda metade do século XVI, não só a intercomunicação entre diferentes nações indígenas que falavam línguas afins, i. é, pertencentes ao mesmo tronco lingüístico, de fato, o "tupi", mas também as atividades catequéticas dos padres e irmãos da Companhia de Jesus. O que é de admirar, no entanto, é o fato de alguns desses padres terem podido aprender esta língua em tão curto espaço de tempo, sem contarem com nenhuma "codificação preceptiva". E o mais surpreendente é que o Padre Juan de Azpilcueta-Navarro, aqui chegado em 1549, já era capaz, um ano depois, de ensinar na "língua brasílica" e, inclusive, traduzir para esta língua orações e trechos da Bíblia. Ele mesmo nos diz em "Carta... da Índia do Brasil" 28 de Março de 1550:

Agora está se acabando uma igreja perto d'elles, onde hei de lhes dizer missa e ensinal-os na lingua d'elles, para a qual traduzi a criação do mundo e a encarnação e os demais artigos da Fé e mandamentos da Lei e ainda outras orações, especialmente o Padre Nosso, as quaes orações de continuo lhes ensino em sua língua e na nossa, principalmente aos meninos que tão bem exhorto e rezal-as pelos enfermos, e com effeito por esse meio vão melhorando. (C. Av. I, p. 50)

Este fato, aliás, depõe contra a "tese da artificialidade". Torna-se, pois, imperioso aqui considerar como se desenvolveu este processo de aprendizagem, não o rápido e extraordinário processo de "proficientização" de Navarro, mas o processo normal.

Em primeiro lugar, a aprendizagem da "língua geral" não pode ter sido obra de um "contato lingüístico direto" dos missionários com falantes das línguas indígenas, nem mesmo no caso de Azpilcueta-Navarro. As *Cartas Avulsas* apresentam evidências esparsas e entrecortadas do modo como se desenvolveu a aquisição da "língua geral". Estas evidências indicam que os padres e irmãos da Companhia apelaram para os remanescentes da "Expedição de Cabral". Estes foram os que primeiro a adquiriram e por meio deles os padres e irmãos tiveram facilitada a aprendizagem desta e de outras "línguas gerais", paralelamente já co-existent com a que é referida nas "*Cartas...*" ou posteriormente emergentes.

A existência de mais de uma "língua geral" é tese fácil de admitir-se, sendo suficiente, no particular, considerarem-se as prováveis migrações indígenas ou o afastamento das tribos de pontos ocupados pelos portugueses e tribos indígenas já aldeadas, provocando deslocamentos para o "interior" ou para outros pontos da costa brasileira e gerando assim o "contato lingüístico" destas tribos com outras que falavam línguas não-afins. Daí o provável surgimento de outras "línguas gerais", não só "indígenas" propriamente ditas, mas também "não-indígenas". Como nós declara Antônio Houaiss:

É de crer que o fenômeno de emergência de uma "língua geral" tenha ocorrido em mais de um ponto do território brasileiro. (...) Mas há referências a línguas gerais de base africana em vários pontos do país, línguas essas que por forte presunção eram as dos quilombos, que desde o século XVI se multiplicaram no território, quilombos que, quando não intercomunicantes, não teriam por que ter a mesma língua geral de base africana. Na Bahia, em Salvador em particular, o nagô chegou a ser a língua comum dos escravos, ou, pelo menos, de muitos escravos.<sup>18</sup>

<sup>17</sup> Cf. HOUAISS, Antônio. *O português no Brasil*, pequena enciclopédia da cultura brasileira. Rio de Janeiro, Unibrade — Centro de Cultura, 1985, p. 37. Mais adiante, porém, o autor afirma: "Vimos que o 'tupi' ou 'tupi-guarani' foi a fonte dessa língua geral." (p. 52).

Não obstante isso, *O português no Brasil*, a começar pelo título, é obra repleta de propriedades. De especial interesse no que se refere ao tema "Os Jesuítas e suas atividades lingüísticas no Brasil", o cap. 5, que trata da questão do "Estatuto indígena". O A. aí ressalta a natureza dos primeiros contatos lingüísticos, exequíveis graças à atuação dos chamados "línguas", em geral, "aventureiros ou desterrados" portugueses, aqui deixados após o Descobrimento, salientando, no entanto, que a intercomunicação, na época, também se deve aos "línguas" existentes entre os "aloglotos" indígenas.

O opúsculo deixa bem claro que a chamada "lusofonia" é tardia no processo de colonização, pois só começa, praticamente, a consolidar-se do final do século XVIII em diante. Nos três primeiros séculos, não se atesta o predomínio lusofônico, tendo a Língua Portuguesa, na expressão apropriada do A., "caráter de insularidade nos centros urbanos emergentes" (p. 49). Neste período, os colonizadores não conseguiram efetivar a "lusofonia" em virtude da compreensão de sua impraticabilidade na ação catequética.

Daí a atividade lingüística da fixação e codificação gramatical da "língua geral", bem como a de outras, entre elas, a da "língua cariri", que era a "língua geral" do Nordeste. Mas, a par das "línguas gerais" indígenas, houve, segundo o A., as de bases lingüísticas africanas, entre as quais ressalta o "nagô", que teria sido a língua comum dos escravos (cf. p. 38).

É assim compreensível que, nos três séculos iniciais da colonização, a "lusofonia" não tenha podido implantar-se. Por estas razões, o título de *O português no Brasil* se mostra muito apropriado, porque, até certo ponto da história do processo de colonização, não se pode verdadeiramente falar em "Português do Brasil".

<sup>18</sup> Id. *ibid.*, p. 37-8.

Mas voltemos à questão da aprendizagem da “língua geral”. Não há dúvida, no particular, de que os padres jesuítas adquiriram os primeiros conhecimentos com os remanescentes da “Expedição de Cabral” e com os descendentes destes. Em função da ação catequética, para a qual havia poucos, os padres atraíram para a Companhia estes descendentes, tendo-os assim perto de si com dupla finalidade: 1º — a aprendizagem da língua e a consolidação dos conhecimentos lingüísticos já adquiridos através de uma convivência diária na igreja, no colégio e no contato direto com os índios nas aldeias; e 2º — a formação de padres. Os membros da Companhia exultavam de alegria quando encontravam um destes remanescentes ou descendentes e referências, seja a estes encontros, seja ao ingresso de descendentes na Companhia, não faltam nas *Cartas*. Os que dominavam a “língua indígena” eram alvo de referências e registros especiais, tal como o fez o Padre Ambrósio Pires em “Carta... da Bahia do Salvador de 15 de junho de 1555:

Outro dos nossos há aqui chamado Pero de Goes, jovem nobre e conhece bem a língua dos índios por ter vindo pequeno com o pae. (C. Av. XVII, p. 143)

Estes remanescentes da “Expedição de Cabral” e seus descendentes desempenharam assim importantes papéis no processo catequético. Foram, como veremos em seguida “preceptores” (da doutrina), “informantes”, “intérpretes” e “tradutores”. Com a ajuda deles, os padres da Companhia de Jesus, uns com mais facilidade, outros com extrema dificuldade, adquiriram a “língua geral” e tornaram-se também “preceptores”, “intérpretes” e “tradutores”. Graças à sua sólida formação humanística e, sobretudo, a uma “competência plurilingüística”, alguns se tornaram “codificadores”.

### 3.2. As atividades lingüísticas propriamente ditas

Várias foram, como acabamos de ver, as “atividades lingüísticas” desenvolvidas no processo catequético. Houve quem desempenhasse as funções de “intérprete”, de “tradutor” e de “codificador”. Restringir-nos-emos aqui à consideração destes três tipos de “atividades”, pois que somente estas podem, na verdade, ser tidas e havidas como “lingüísticas” em sentido estrito. As demais, presentes no restante da “literatura missionária”, deixá-las-emos de lado em virtude de suas implicações “literárias” em sentido também “estrito”. Os “autos” e “diálogos”, de José de Anchieta, por exemplo, têm valor múltiplo. Além do valor “histórico” e do

“literário” em sentido estrito, alguns deles são “bi-” ou “trilingües” e condensam valores que são de interesse também para estudos de ordem “lingüística” e “sociológica”. A peça de José de Anchieta, denominada *Na festa de São Lourenço*, foi escrita em três línguas: português, castelhano e tupi, e, segundo Francisco Assis Martins Fernandes, que a analisou com certa profundidade, “apresenta-se em grande parte em língua tupi”, constituindo, segundo ele, “o mais longo documento em idioma tupi da costa até agora conhecido e efetivamente praticado em fins do século XVI”. Acrescenta ele ainda que “a peça constitui, por si mesma, para a lingüística americana, um documento de grande preciosidade, de grande valia”.<sup>19</sup>

Embora sejamos da mesma opinião, não procederemos aqui à abordagem de nenhuma dessas peças.

#### 3.2.1. A “interpretação”

Esta atividade lingüística era, como pressupomos, de cunho exclusivamente “oral”. Dela se serviram os Padres da Companhia no processo catequético com dupla finalidade: a abordagem dos índios e a aprendizagem da língua nativa. Foi exercida com muita intensidade e freqüência, sobretudo, no início, ou seja, de 1549 a 1568, como o atestam as *Cartas Avulsas*. Foram os remanescentes da “Expedição de Cabral” e seus descendentes os que, primeiro, desempenharam a função ou o papel de “intérprete”. Eram eles “bilingües” ou, em alguns casos, “trilingües”, vale dizer, falavam normalmente a “Língua Portuguesa” e a “língua brasílica” e/ou “geral” e, excepcionalmente, uma terceira língua indígena do mesmo tronco lingüístico. Nas “*Cartas...*”, são referidos às vezes sob a moderna denominação de “intérpretes”, mas, na maioria das vezes, sob a de “língua”, que ocorre, ora no masculino, ora no feminino. Há ainda evidências de que os intérpretes e/ou “línguas” eram dos dois sexos. Os padres, em suas missões evangélicas, deles se faziam sempre acompanhar e, com o tempo, em vista das necessidades de comunicação, os intérpretes iam sendo admitidos na Companhia nas condições de “Noviço” e “Irmão”.

Saber a “língua brasílica” era, portanto, um dos requisitos ao ingresso na Companhia. Daí a denominação de “irmão língua”. Todavia, aos “irmãos línguas” não competia apenas a função de “intérprete”, mas também a de “preceptor” da doutrina. E nesta condição, portanto, competia-lhes transmitir aos índios em “língua brasílica” a doutrina cristã. Os padres os instruíam, orientavam-nos e os irmãos iam, aos poucos, assim adquirindo a formação teológica necessária à ordenação sacerdotal. Com o passar do tempo, os padres foram adquirindo “autonomia lingüística”, mas, no início,

<sup>19</sup> FERNANDES, Francisco Assis Martins, op. cit., p. 82. Não há dúvida de que a peça *Na festa de São Lourenço*, importante para um acurado e sistemático trabalho de reconstrução lingüística do “tupi”, é “um documento de grande preciosidade”. Além disso, houve-se o A. com muita propriedade, ao afirmar que ela constitui “o mais longo documento em idioma tupi da costa até agora conhecido e efetivamente praticado (o grifo é nosso) em fins do século XVI”. “Efetivamente praticado”, disse-o muito bem, porque deve refletir melhor a realidade oral do “tupi” quinhentista do que o *Catecismo na língua brasílica*, do Padre Antônio de Araújo, que é, como nos assegura o Padre A. Lemos Barbosa, na “Apresentação” desta obra, “o mais extenso texto que se conhece naquela língua” (cf. p. X).

não puderam prescindir dos "línguas". Lemos, por exemplo, em "Carta", do Padre Leonardo Nunes, datada de 20 de junho de 1551: Darei a cada Padre dous Irmãos que andem com elle, e os mais delles boas linguas. (C. Av. III, p. 65)

Como "irmãos linguas" as *Cartas Avulsas* salientam os nomes de Pero Corrêa (C. Av. III, p. 66), Gonçalo de Oliveira, Gaspar Lourenço e Antônio de Souza (C. Av. XXXIX, p. 269). Afrânio Peixoto, em sua *Sinopse...*,<sup>20</sup> registra o nome de Domingos Pecorela, tido como "perito na lingua brasílica". Este e Antônio de Souza, a basear-nos nestas referências encomiásticas das "*Cartas...*", eram os de maior proficiência na "língua brasílica".

Com o tempo, houve também, entre os padres, os "línguas" que coexistiram com os "não-línguas", i. é, recém-chegados ou que nunca conseguiram adquirir a língua nativa. Os primeiros não tinham barreiras de comunicação, podiam pregar e confessar na "língua geral", mas os "não-línguas" não podiam prescindir de "línguas", irmãos ou não-irmãos, e. é, leigos para o desempenho de suas atribuições sacerdotais, entre estas, inclusive, a "confissão". O Padre Antônio Rodrigues era um dos versados em "língua brasílica". Como testemunha o Padre Ruy Pereira, em "Carta", da Bahia, datada em 15 de setembro de 1560, aos padres e irmãos da Companhia da Província de Portugal:

Esta quaresma passada, porque prégera mais a miudo na cidade, residiu aqui o padre Antônio Rodrigues, porque por ser lingua confessou os christãos. (C. Av. XXXIX, p. 261)

Entre os "intérpretes", havia-os também do sexo feminino, como se acha evidenciado em "Carta do Padre Antonio Pires de Pernambuco de 5 de junho de 1552:

Depois que lhe digo missa, a tarde ensino-lhes a doutrina e ás vezes lhe prego. O intérprete é uma mulher casada, das mais honradas da terra e das mais ricas, e não vos espanteis, Irmãos, em vos dizer as condições, por que com ser tal parece andar bebada daquelle mosto de que os Apóstolos se embebedaram, pois faz o que muitos homens linguas se não atreveram fazer pela mortificação que nisso sentiam. (...) Com esta mulher confesso algumas Indias christãs, e creio que é melhor confessora que eu, por que é mui virtuosa. (C. Av. XIII, p. 124)

### 3.2.2. A "tradução"

Entre os padres e irmãos da Companhia, havia uns que revelavam mais facilidade e outros menos, como já disse-

mos, no tocante à aprendizagem e ao domínio da "língua brasílica". De modo que a atividade lingüística da "tradução" era necessária e imperiosa, para suprir os deficits de proficiência lingüística de uns e de outros.

De 1550 a 1568, os Jesuítas comandados pelo Padre Manoel da Nóbrega, tiveram de desdobrar-se em diligências e em estudos intensos da "língua do gentio" em função da "emergência catequética". Os padres e irmãos tinham que cumprir as tarefas em "língua brasílica" e, havendo poucos para este mister, tinham eles, ou menos proficientes, de estudar os textos e neles exercitar-se para a transmissão da doutrina. O Padre Antônio Pires, em carta "da Capitania de Pernambuco, aos Irmãos da Companhia, de 2 de agosto de 1551", confessa-se ele mesmo não muito proficiente, ao dizer:

O padre Nóbrega me tem feito cá pregador, pois que vós, Irmãos meus, tardais tanto. Trouxe as orações e alguns sermões escritos nesta lingua. Espero agora de me exercitar nelles. (C. Av. V, p. 82)

Por conseguinte, somente com muita disciplina, muito esforço e muito estudo, vale dizer, jesuiticamente, é que os que não possuíam muita facilidade na aprendizagem da língua estrangeira conseguiram, conforme este depoimento, adquirir certa proficiência, revelando-se, no particular, de importância preponderante o papel da "tradução".

Entre os chamados "Irmãos" da Companhia de Jesus, havia também "tradutores". Um bom exemplo é o de Vicente Rodrigues, que veio com Nóbrega e os demais componentes da primeira Missão Jesuítica em 1549 e se ordenou depois sacerdote. Vicente Rodrigues, ainda na condição de "Irmão", referindo-se a determinações do Padre Manoel da Nóbrega em carta "da Bahia de Todos os Santos de 17 de Março de 1552", revela:

Deixou-me o Padre, quando se foi, cargo de visitar o hospital e doentes da cidade e presos, e certos dias da semana a roça dos mantimentos dos meninos e em tresladar as orações na lingua da terra, visitando as aldeas, e ensinando aos novamente convertidos. (C. Av. XI, p. 113)

Não foram apenas os padres e irmãos que desempenharam a atividade lingüística da "tradução" ou que possuíam essa habilidade, senão também os remanescentes da "Expedição de Cabral", possivelmente os primeiros tradutores ou que tornaram possíveis as "traduções seguras". O Padre Juan de Azpilcueta-Navarro, que foi, ao que tudo indica, o primeiro tradutor da Companhia, em carta da Cidade de Salvador, em 1551, testemunha:

<sup>20</sup> Cf. PEIXOTO, Afrânio. "Sinopse da História do Brasil e da Missão dos Padres Jesuítas, de 1549 a 1568", op. cit. acima nota 3, p. 26.

Nesta capitania achei um homem de boas partes antigo na terra, e tinha dom de escrever a lingua dos Índios, que foi para mim grande consolação, e assim o mais do tempo gastava em dar sermões do Testamento Velho e Novo, e Mandamentos, Pecados mortaes e Artigos da Fé e Obras de Misericordia, etc., para me tornar em a lingua da terra. (C. Av. IV, p. 71)

Aí está revelado, portanto, como o Padre espanhol, dotado que era do mais elevado grau de proficiência na "língua brasilica", adquiriu tantos conhecimentos lingüísticos nativos, a ponto de ser-lhe atribuída por Nóbrega a função de tradutor de orações, mandamentos e passagens bíblicas para a língua indígena. Todavia, esta função não podia prescindir, como parece, da ajuda dos "línguas". Como afirma o Padre Antônio Pires, em sua carta, da Capitania de Pernambuco, aos Irmãos da Companhia, datada de 2 de Agosto de 1551:

Primeiramente sabereis que o padre Nobrega chegou á Bahia de visitar e correr as capitánias, e logo ordenou que o Padre Navarro fosse ao Porto Seguro a trasladar as orações e sermões em lingua da terra com alguns interpretes que para isso havia mui bons, as quaes trasladou mui bem, e é muito para dar graças a Nosso Senhor vel-o pregar muita parte do Velho Testamento e Novo, e outros sermões do Juízo, Inferno, Gloria, etc., em que a todos nós leva vantagem; e nisto temos todos muita falta em carecer da lingua e não saber declarar aos Índios o que queremos, por falta de interpretes que o saibam explicar e dizer como desejamos. (C. Av. V, p. 75-6)

Pelo visto, o Padre Navarro já dominava muito bem a "língua brasilica" em 1551. O Padre Nóbrega revela-se aí, no entanto, dotado, em sua orientação, daquele senso de responsabilidade e daquela honestidade intelectual que se requerem de um bom tradutor. Tinha ele consciência, portanto, de que a boa tradução não podia prescindir do concurso de intérpretes. As traduções empreendidas pelo Padre Navarro eram assim atividades lingüísticas que frutificavam de autênticas pesquisas de campo. O trecho acima atesta também o total desconhecimento do missivista no que tange à "língua brasilica", razão por que não podia bem desincumbir-se de suas atividades missionárias.

Não obstante isso, alguns padres, além de Azpilcueta-Navarro, excediam aos próprios "padres línguas" no conhecimento da "língua brasilica". Eram os que reuniam conhecimento lingüístico suficiente para a docência da língua nativa. Um destes peritos era o Padre Luiz da Grã, do qual, entre outras coisas, diz o Padre Ruy Pereira:

Alem disso, ordenou em casa que houvesse cada dia uma hora de lição da lingua

brasilica, que cá chamamos grego; e elle é o mestre della pola saber entender e explicar suas regras melhor que todos, posto que sejam mui boas linguas. (C. Av. XXXIX, p. 270)

A pericia lingüística do Padre Luiz da Grã na "língua brasilica" era, pelo visto, notória. Conhecedor do conteúdo da *Arte de grammatica da lingua mais usada na costa do Brasil*, do ainda irmão Joseph de Anchieta, que se ordenaria em 1565 na Bahia, gramática que, durante mais de trinta anos, circulou sob a forma manuscrita e da qual, como presumimos, devia haver alguns exemplares para atender ao ensino nos Colégios dos Jesuítas, o Padre Luiz da Grã era, como parece, depois do autor da gramática, a maior autoridade em "língua brasilica", pois dele diz o Padre João de Mello em "Carta que escreveu... para o Padre Gonçalo Vaz, proposito da Casa de S. Roque da Companhia de Jesus em Lisboa, do Brasil aos 14 de Setembro de 1560:

Com a vinda do Padre Luiz da Grã todos os padres e Irmãos foram mui consolados em o Senhor e assi com seu bom exemplo de vida e affabilidade todos crescem na virtude e devação e assi em os fervores e acesos desejos da salvação das almas e conversão do Gentio. Logo que o Padre aqui chegou, ordenou que em casa se lesse a arte da lingua brasilica que compoz o irmão Joseph; o mesmo Padre é o mestre e está tão exercitado e instruido nella que leva vantagem nas cousas da arte aos mesmos linguas. Desta licção nem reitor, nem pregador, nem uma outra pessoa é isenta. Vai a cousa tão deveras que ha quem diga que dentro de um anno se obriga, desoccupado, falar a lingua: nem eu com ser dos mais inhabeis perco a esperança de sabel-o. (C. Av. XXXVIII, p. 252-3)

A "língua brasilica", na época, já se encontrava, portanto, "disciplinizada", vale dizer, tornara-se já "disciplina" ou "matéria curricular", mas não parece que J. Mattoso Câmara Jr. tenha empregado o termo "disciplinizada" nesta acepção.

### 3.2.3. A "codificação gramatical"

As atividades lingüísticas dos Jesuítas no Brasil são coroadas com a publicação de duas "artes de gramática": a *Arte de gramática da lingua mais usada na costa do Brasil*, do Padre Joseph de Anchieta, em 1595 e a *Arte de grammatica da lingua brasilica*, do Padre Luiz Figueira, em 1621, ambas editadas, pela primeira vez, em Lisboa. Contam com várias edições. A do Padre Joseph de Anchieta foi reeditada: em 1876 por Julius Platzmann "conforme à *editio princeps*"; em 1933, em "Edição da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro", na qual foram utilizadas as "chapas estereotípicas" oferecidas por Platzmann; e em 1982, em "edição fac-simulada da

Universidade Federal da Bahia". A do Padre Luiz Figueira foi reeditada, segundo Th. Pompeu Sobrinho, em 1687, 1754, 1795, 1852, 1872, 1880 e 1852.<sup>21</sup> Portanto, a do Padre Joseph de Anchieta teve até agora, ao que parece, apenas quatro edições, enquanto que a de Luiz Figueira, oito edições.

A razão do maior êxito editorial da "arte de gramática" do companheiro do Padre Francisco Pinto não foi, ao que sabemos, até agora por ninguém dada a conhecer. Temos, contudo, a impressão de que o fato se deve à "maior leveza" de texto. A gramática de Joseph de Anchieta, por ser mais carregada e entrecortada de expressões latinas, é de "menor leveza" que a do Padre Luiz Figueira, que nos possibilita leitura mais fluente e melhor compreensão de seu conteúdo.

A descrição da vogal /i/, por exemplo, é, em essência, a mesma nas duas "artes de gramática", mas, na do Padre Luiz Figueira, é mais clara e mais fluente, porém não mais precisa. O Padre Joseph de Anchieta assim a descreve:

I. vogal, que em muitos vocabulos se pronuncia aspero com a garganta, bem se lhe pode escreuer, g. in fine acabandose a dição no mesmo, i. porque compondose com outra dição começada em vogal exprimitur, g. vt. j. Rio, ata^, direito composto diz. jgata^, Rio direito.<sup>22</sup>

complementando-lhe, um pouco mais adiante, a descrição nos seguintes termos:

Por isso pera conhecer ser este i. aspero se escreue com hum ponto em baixo & ficará, jota, subscripto, i, porque faz muyto diferente significação do, i. lene, vt. j. agua, com i. aspero, j. ís, ea, id, com i lene, ayopi^, tanger trombeta, ou flauta, ayopi^; picar hua bespa. Ou se ha de deixar ao vso porque alguns muito bõs linguas, o não podem pronunciar: mas ex adiunctis, se entende o que quer dizer.<sup>23</sup>

Extraordinária é esta descrição pela precisão e riqueza de detalhes. Dá-nos conta de que, na "língua mais usada na costa do Brasil", havia dois "ii": um "lene" e outro "áspero"; o primeiro era "anterior" e/ou "palatal" e o segundo, "posterior" e/ou "velar". A diferença na realização fonética correspondia a uma diferença de natureza fonêmica, uma vez que a sua não-exata prolação tinha implicações semânticas. Todavia, a realização fonética da distinção fonêmica era difícil para falantes não-nativos.

Vejam agora a descrição oferecida por Luiz Figueira:

O i, jota, serve como no latim, ora de vogal, ora de consoante. Costumãrão os antigos linguas usar d'este mesmo i, jota como dous pontos, um na cabeça, e outro no pé, e lhe chamavão i grosso: porque a pronunção é como entre u, e i. D'onde nasce que alguns o fazem u, e outros o fazem i; e fórma-se na garganta, coma ig: mas porque na impressão não se pôde meter este i com dous pontos, em lugar d'elle se poz y: o qual todas as vezes que se achar no meio, ou no fim de alguna dição, se pronunciará como grosso no modo sobredito.<sup>24</sup>

Como podemos observar, a descrição é, em essência, a mesma no que concerne aos aspectos que se compreendem no âmbito de uma Fonética Articulatória. O trecho propicia, de fato, uma leitura mais fluente que o seu correspondente na "arte de gramática" do Padre Joseph de Anchieta. Todavia, oferece certa dificuldade para a interpretação da natureza dos dois "ii". Não apresenta Luiz Figueira, como o fez Joseph de Anchieta, evidências que nos permitam inferir uma diferença de valor funcional e o período final do trecho citado poderá induzir um lingüista moderno, principalmente, se adepto da corrente distribucionalista, a pensar tratarem-se de dois alofones de uma vogal /i/. Mas esta interpretação não corresponderia ao que quis ou pretendeu exprimir o gramático, uma vez que este, um pouco adiante, afirma: "Assi que n'esta lingoa são seis as letras vogais: a, e, i, y, o, u".<sup>25</sup> Há, além de dificuldades como a que acabamos de ressaltar, as divergências propriamente ditas, que foram levantadas pelo editor Emilio Allain, que se deu ao trabalho de anotá-las e comentá-las na edição de 1880 da "arte de gramática" do Padre Luiz Figueira.

Estas divergências comportam a forte suspeita de que os autores destas duas "artes de gramática não tiveram a mesma realidade lingüística como objeto de descrição. É claro que realmente não o tiveram, pois que os espaços e os tempos não foram os mesmos, mas não é nesta acepção que nos referimos a este problema, senão naquela oportunamente lembrada por Th. Pompeu Sobrinho:

Supõe Serafim Leite que o Pe. Figueira terminou este trabalho quando era Superior da Aldeia da Escada, em Pernambuco (1619), mas de há muito a êle se dedicava. "A grande

<sup>21</sup> POMPEU SOBRINHO, Th. op. cit., p. 35.

<sup>22</sup> ANCHIETA, Joseph de, Pe. *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil*. Edição da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1933, p. 6a/v.

<sup>23</sup> Id. *ibid.*, p. 6v.

<sup>24</sup> FIGUEIRA, Luiz, Pe. *Arte de grammatica da lingua brasileira*. Nova edição dada à luz e anotada por Emilio Allain. Rio de Janeiro, Typographia e Lithographia a vapor de Lombaerts & C., 1880, p. 11.

<sup>25</sup> Id. *ibid.*, p. 12.

escola de Luiz Figueira para o conhecimento da língua brasileira ou tupi-guarani foi a sua viagem à Ibiapaba". Se isto realmente é verdade, como parece justo e certo, o tupi da sua *Arte* devia ter o acento dialectológico do falar dos potiguares e tabajaras. Talvez, daí resultem algumas diferenças que se observam nas duas primeiras gramáticas brasileiras: a de Anchieta (Rio e São Paulo) e Figueira (Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará).<sup>26</sup>

Na visão de Pompeu Sobrinho, a "arte de gramática" de Luiz Figueira "oferece particular interesse para quem, no Brasil, se interessa pelo falar de antigos incolos nordestinos", acrescentando em referência às divergências o que se segue:

Aliás, não são grandes nem impressionantes tais discordâncias que, como já fizemos notar, proveriam naturalmente das diferenças etnográficas existentes entre os campos de observação daqueles autores: simples alterações dialectológicas.<sup>27</sup>

Aí está, portanto, um problema digno de investigação e sob muitos aspectos necessária. Desta investigação dependem os progressos a ser feitos nos âmbitos da "Linguística indígena diacrônica" e da "Filologia tupi" ou "Tupinologia". Os estudos a ser empreendidos poderão levar-nos à conclusão de que as "duas artes de gramática" tiveram como objeto de descrição, seja duas "línguas gerais", seja dois "dialetos" e/ou "variantes" de uma mesma "língua geral".

Independentemente da conclusão desses estudos, parece-nos razoável admitir que a "língua", de fato, existiu, tenha-se ela desenvolvido em condições naturais ou artificiais. Em todo caso, admitiremos que os dois missionários não se ocuparam de uma realidade linguística "fantasma".

#### 4. "Naturalidade" e/ou "artificialidade" da(s) língua(s) codificada(s)

No capítulo 6 de sua *Introdução às línguas indígenas brasileiras*, J. Mattoso Câmara Jr. se refere, em particular, à atividade linguística da "codificação gramatical" de um modo um tanto intrigante para quem conheça um pouco da literatura epistolar e dos relatórios produzidos pelos Jesuítas, e, sobretudo, da literatura gramatical. O que afirma, em muitos trechos do capítulo, deixa a impressão de que o linguista brasileiro avalia a atividade linguística da "codificação gramatical" sem muita simpatia por ela e até com certa

má vontade ou, no mínimo, a partir de idéias e ideais preconcebidos à luz de métodos da Linguística moderna. Diz-nos ele, por exemplo:

O objetivo central dos missionários era a comunicação com os nativos para fim de propaganda religiosa. Isso quer dizer que a realidade linguística só valia como meio. Não estudavam TUPI como um linguística moderno o estudaria, como uma coisa que existia e merecia ser objetivamente apreciada e interpretada. Estudavam-no com propósito utilitário. Era preciso conhecer a língua para por meio dela entrar em contato com o indígena e promover a catequese religiosa. Ora, este é justamente o espírito que favorece a criação das chamadas línguas francas. O indivíduo entra em contato com um povo de outra língua e se preocupa em obter um meio-termo linguístico para se comunicar mais estreitamente com ele. Daí a tendência a deixar de lado tudo aquilo que atrapalha muito e não prejudica, por sua falta, essencialmente a comunicação. É o que se chama uma língua franca, isto é, de intercurso prático, em que se suprimem dificuldades, às vezes até insuperáveis para o estrangeiro. Por isso, o TUPI que as primeiras exposições dos europeus nos fornecem, não é exatamente aquele que os indígenas exatamente falavam: é uma sistematização simplificada, feita para se proceder à propaganda religiosa dentro do ambiente indígena.<sup>28</sup>

Note-se aí, antes de tudo, a expressão da má vontade ou da não-simpatia que os termos "propaganda religiosa" denotam. É indiscutível que o objetivo maior dos missionários jesuítas era a catequese. Não tinham eles como compromisso a descrição da realidade linguística, mas em virtude da dificuldade que a Língua Portuguesa representava para os falantes nativos, a "codificação" se mostrou imperiosa, tendo em vista o bom êxito catequético. E, dos dois pontos de vista, do linguístico e do religioso, prestaram grandes e valiosos serviços. É evidente que a descrição da realidade linguística por eles levada a cabo padece das limitações teóricas e metodológicas da época e, além disso, precisamos ainda compreender que, não sendo eles linguistas profissionais, não poderiam ver o "tupi" como algo a ser objetivamente observado. Acrescentemos ainda que os modernos linguistas missionários agem da mesma forma, ou seja, aprendem a língua indígena com propósito utilitário, ou seja, o de "entrar em contato com o indígena e promover a catequese".

<sup>26</sup> POMPEU SOBRINHO, Th. op. cit., p. 35.

<sup>27</sup> Id. *ibid.*, p. 35-6.

<sup>28</sup> CÂMARA JR., J. Mattoso, op. cit., p. 101.

Ninguém negaria que, não obstante este propósito utilitário, os modernos lingüistas missionários prestam, assim mesmo, uma grande contribuição à ciência. E pouco importa que o "tupi" das "primeiras exposições dos europeus" não corresponda à realidade oral das sincronias dos séculos XVI e XVII, porque, na verdade, nenhuma exposição ou descrição lingüística, por mais bem elaborada que tenha sido, no passado como no presente, pode coincidir exata e homologicamente com a língua falada.

Toda tentativa de "codificação" resultará, inevitavelmente, numa "sistematização simplificada". No caso das descrições gramaticais levantadas a cabo pelos jesuítas, esta "sistematização simplificada" teria sido conduzida, segundo J. Mattoso Câmara Jr., sob a égide de certo "ideal lingüístico" dominante na época. Este "ideal lingüístico" era o da gramática latina, sob cuja influência se teria dado o que o ilustre lingüista denomina "disciplinização da língua TUPI". Tudo isto nos parece natural e perfeitamente admissível, mas, para o lingüista, esta língua, dita "geral", não existia. Teria sido fruto de um esforço de elaboração dos jesuítas, que desta forma, operaram um verdadeiro "milagre", pois que o seu trabalho deu certo e a língua se expandiu, implantando-se em muitos lugares. Outra interpretação não é possível para estas palavras de CÂMARA Jr.:

O curioso é que o missionário obteve certo resultado com isso. É um fato muito interessante e que merece atenção acurada. Ele conseguiu em parte o seu propósito. Fez um trabalho de disciplinização, de interpretação do TUPI, de acordo com certos ideais, certos preconceitos sobre a gramática geral, que era no fundo a gramática latina. Usou a língua, assim disciplinada, na catequese; e o índio, ao mesmo tempo que se aculturava religiosamente, também se ia lingüísticamente adaptando. Destarte, foi se dando nos índios aculturados e nos mestiços a expansão dessa língua TUPI trabalhada pelos jesuítas. É a chamada "língua geral", que chegou a se implantar em certas regiões do Brasil.<sup>29</sup>

A expressão "língua... trabalhada pelos jesuítas" denuncia o lingüista como adepto da tese de Martius de que a "língua geral" teria sido "obra dos jesuítas". O que mais nos surpreende é ver um lingüista da envergadura de J. Mattoso Câmara Jr. aderir a tão falaciosa tese, quando, antes dele,

contra ela, já se haviam insurgido Batista Caetano e João Ribeiro. Este, por sinal, pronunciou-se sobre a questão nos seguintes termos:

Não nos demoraremos na apreciação da falsa teoria (de Martius) de que a *língua geral* foi obra dos jesuítas: semelhante hipótese é inadmissível e já foi cabalmente refutada por Batista Caetano.

(...) Os jesuítas, para o serviço da catequese, criaram por derivação, alguns vocábulos (...) e disciplinaram algumas formas gramaticais, e nada mais. O que se pode atribuir aos jesuítas, e não é pouco, é o terem mais ou menos fixado a *língua geral*, impondo um dialeto estável aos seus sucessores nos trabalhos de catequese.<sup>30</sup>

Mais recentemente, Silvío Elia, em um dos "Apêndices", o primeiro, à notável obra intitulada *A unidade lingüística do Brasil*, passou em revista e comentou pontos de vista de alguns autores sobre a questão da natureza da "língua geral". O seu trabalho se inicia, precisamente, com a consideração do ponto de vista de João Ribeiro, a que faz, em comentário, certas restrições. Mostra-se aí igualmente contrário à tese de Martius, ao dizer: "*obra dos jesuítas*, no sentido de criação artificial com elementos retirados às línguas indígenas, é realmente tese inaceitável".<sup>31</sup> Em seguida, expõe e comenta os pontos de vista de Câmara Jr., para lhe refutar a consideração da "língua geral" como "língua franca". Para ele,

A língua geral, ..., não é um pidgin, nem mesmo uma língua franca, de que o pidgin é espécie. Não surgiu de um contato de emergência para fins práticos de comunicação, do qual a língua do civilizado sai mutilada e simplificada. Ao contrário, surgiu de um esforço de aperfeiçoamento, de codificação, aos hábitos europeus. Propomos, assim, uma distinção: à língua realmente falada pelos indígenas no litoral denominaremos 'falares tupis'; à língua disciplinada pelos jesuítas e usada para fins de catequese, a qual chegou até a ser escrita, o que permitiu ao prof. Mattoso Câmara Jr. falar em "filologia tupi", chamaremos *língua geral*.<sup>32</sup>

<sup>29</sup> Id. *ibid.*, p. 102.

<sup>30</sup> RIBEIRO, João. Tupi-guarani. In: PINTO, Edith Pimentel. *O português do Brasil: textos críticos e teóricos*; 1 - 1820-1920, fontes para a teoria e a história. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos; São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1978. LVIII + 510 p. (Biblioteca Universitária de literatura brasileira: Série A; 5) p. 345.

<sup>31</sup> ELIA, Silvío. *A unidade lingüística do Brasil*; condicionamentos geoeconômicos. Rio de Janeiro, Padrão, 1979, p. 175.

<sup>32</sup> Id. *ibid.*, p. 183.

O ponto de vista de Sílvio Elia, salvo a distinção que propõe entre *falares tupis*, correspondentes “à língua realmente falada pelos indígenas do litoral”, e *língua geral*, correspondente “à língua disciplinada pelos jesuítas”, não diverge, muito essencialmente, do de J. Mattoso Câmara Jr. Em todo o caso, o pensamento do nosso sábio mestre já representa um grande avanço, porque admite a existência de uma realidade lingüística oral a servir de pano de fundo à *língua geral*, fazendo-nos compreender que esta não representa um “produto artificial”. É claro que não podemos deixar de reconhecer certa margem de artificialidade no que se denomina *língua geral*, porque toda língua escrita, em não sendo uma representação exata e fiel da língua falada, é sempre algo artificial.

Então, a *língua geral*, sob este prisma, seria uma “língua artificial”, como “artificial” é toda a “literatura missionária jesuítica” e mais artificiais ainda seriam os trabalhos de “codificação” de que foi objeto. Mas, em que sentido aquela e esta são “artificiais”? O único estudioso que se insurgiu contra a tese da artificialidade, de modo racional e com total isenção de ânimo, foi o Pe. A. Lemos Barbosa. Com grande conhecimento de causa, pronunciou-se ele, *ex cathedra*, sobre a questão. Muito lucidamente, diz-nos ele, por exemplo:

O que é artificial na literatura missionária é o pensamento ou quiçá a cultura que se põe na língua do índio, não necessariamente a língua em que se expressa aquele pensamento. As palavras, o material sonoro empregado, os conceitos gramaticais expressos, os processos que os exprimem, os prefixos, os sufixos, a ordem das palavras, enfim tudo o que é material estritamente lingüístico (e não apenas cultural) tudo ali é autêntico e legítimo — excetuado algum ou outro neologismo ou erro accidental — e não um artifício lingüístico, como seria, p. ex., um discurso em esperanto ou uma poesia em volapuque.

Para maior clareza, suponhamos que um índio narre a lenda de Sumé em tupi, em português e em esperanto. Nos três casos, o conteúdo etnológico é o mesmo, genuíno e autêntico. O modo (lingüístico) de expressar esse conteúdo é também genuíno nos dois primeiros casos, artificial apenas no caso do esperanto. Por quê? Porque no esperanto, tanto o material sonoro sistematizado quanto o

convencionalismo do sinal semântico não vêm de uma herança social, mas de uma iniciativa de criação consciente e artificial.<sup>33</sup>

Os argumentos do Pe. A. Lemos Barbosa nos parecem irrefutáveis. Quem, por exemplo, pode negar que:

(...) apesar do progresso dos métodos lingüísticos, as informações que temos sobre a língua dos antigos tupis e guaranis não foram superadas pelas de nenhuma outra língua indígena atual do país.<sup>34</sup>

Quanto a ver nas gramáticas elaboradas pelos jesuítas tentativas de “nivelar os dialetos e de subordinar a língua a gramática latina”, diz-nos, sem deixar margem a qualquer refutação:

A primeira asserção é inteiramente inexata, e precisa ser desmentida de uma vez por todas. Tanto Anchieta como o *Vocabulário na Língua Brasileira* e os dicionaristas guaranis registram as variantes locais e chamam para elas a atenção dos leitores. (...)

Já a segunda afirmativa é verdadeira. Os velhos gramáticos, defrontando-se com idiomas de índole totalmente estranha, não souberam caracterizá-las senão em relação com as línguas e gramáticas clássicas. Não há por que admirar, se as gramáticas portuguesas da época eram moldadas na latina, da qual, aliás, até hoje não se libertaram inteiramente, como ainda não se libertaram da escolástica e de outros defeitos tradicionais.<sup>35</sup>

O que ele nos diz acerca do que considera “primeira asserção” é inteiramente procedente. O Padre Joseph de Anchieta nada impõe, nada prescreve em sua “arte de gramática”. Adstringe-se, de fato, à descrição das “variantes locais” e à especificação das regras, que não se revestem de caráter “prescritivo”. As duas “artes de gramática” são descritivas e tiveram como base a realidade lingüística oral, cumprindo-nos ressaltar que elas, sob certos aspectos, nos parecem mais modernas que as duas gramáticas portuguesas do século XVI. João de Barros, que amolda a Língua Portuguesa à estrutura da gramática latina, chega a declinar, como em latim, o vocábulo *rosa*. Luiz Figueira, que também adota como referencial teórico a gramática latina, segue este

<sup>33</sup> BARBOSA, A. Lemos, Pe. *Curso de tupi antigo*; gramática, exercícios, textos. Rio, Livraria São José (1956) p. 19-20.

<sup>34</sup> Id. *ibid.*, p. 21.

<sup>35</sup> Id. *ibid.*, p. 22. Em aditamento a este pensamento, o Pe. A. Lemos Barbosa ressalta, em nota de rodapé da mesma página, a “obsolescência” da gramática francesa em face da correspondente realidade lingüística oral. Saliente-se, embora nem fosse preciso fazer a ressalva, que a gramática francesa é apenas um exemplo.

arcabouço com o intuito de ressaltar as diferenças estruturais entre a língua latina e a “brasílica”, jamais no de, forçosamente, enquadrá-la naquele referencial, ou seja, no de atribuir à “língua brasílica” particularidades estruturais que não lhe dizem respeito. Refere-se, em *caput*, à “declinação dos nomes por números, e casos”, para negar a existência de “flexões casuais” na “língua brasílica”:

Os nomes n' esta lingua commummente não têm distinção de numeros, singular e plural, nem também de casos; mas a mesma voz serve em ambos os numeros, e em todos os casos, v. g. *Óca*, casa ou casas: Apyába, homem ou homens.<sup>36</sup>

As duas “artes de gramática” são, portanto, fruto da observação dos fatos e compendiam regras inferidas desta observação. Não são raras as vezes em que os seus autores fazem alusões ao “uso” no tocante a particularidades estruturais do objeto submetido à “codificação”. E quando fazem estas alusões, não se referem ao “uso” da língua por parte dos Membros da Companhia, senão ao “uso” da língua em seu ambiente natural.

Não se incluía entre as regras dos inicianos “inventar” ou “forjar” línguas pelo mundo afora, senão “aprender” a língua dos “naturais da terra”. Esta regra, aliás, se acha assim enunciada no maior monumento da “língua brasílica”:

Suppofito ~q este he o fim, & o norte, que a Companhia quer que feus filhos figaõ deo fe por obrigada a lhes offerer os meyo neceffarios pera alcançarem, & deixando os muitos, que nas mefmas confituições lhes propoem (qual he, *diuersa loca peragrar*, &c. defcorrer, & fazer vida em qualquer parte do mundo, onde fe epera maior ferviço de Deus, & ajuda das almas & outros) o que julga por mais efficaz, & quer que com maior exacção fe execute, he o que poem no §. 13. do cap. 6 da quarta parte onde ordena, *Ad maiorem vnionem eorum, qui in Societate viuut, &c. Singuli addiscant eius regionis linguam, in qua resident*. Que pera maior vniação dos que nella viuem, & maior ajuda dos naturaes da terra, em que residem todos feus filhos, aprendaõ a lingoa della.<sup>37</sup>

Sem a aprendizagem da língua dos “naturais da terra” não possuiriam eles o “dom das línguas” a manifestar-se na transmissão da palavra divina. Esta aprendizagem se efetiva-

va nas condições naturais da comunicação diária com os índios, sendo que as “artes de gramática” representavam tão-somente os meios para o aperfeiçoamento desta aprendizagem. Isto é o que, por outras palavras, nos diz o Padre Antônio de Araújo no já referido “Prólogo” do *Catecismo na língua brasílica*:

Pera que esta lingoa fe aprenda, he mui importante a communicação com aquelles, cuja lingoa fe ha de aprender, & efcruerfe nella, o que pôde ajudar pera fe alcançar, & perfeioar fua fciençia, & juntamente o que com elles fe ha de exercitar, ou pera os reduzir do mao eftado, em que viuem, ou pera os perfeioarem, no que forem achados. (...)

Pera a Companhia desta Prouincia corresponder ao fegundo de dar por efcrito, o que julgou podia ajudar pera efa lingoa fe faber, ja coutribuiu com este meyo, quando na era de 1595 fez imprimir a arte da lingoa, com a qual feus filhos podessem perfeioar o que com o vfo da communicação com os Infios foffem aprendendo.

Por conseguinte, na parcela da “literatura missionária” aqui examinada, seja na “estritamente lingüística”, seja na não-lingüística, há indícios da existência da “língua brasílica” em condições naturais. Todavia, as evidências mais contundentes de sua “naturalidade” se documentam na parte da literatura epistolar que antecede a que atesta a atividade lingüística da “codificação” e a instituição da “língua brasílica” como disciplina obrigatória. Para melhor dizer, as cartas escritas nos três primeiros anos não fazem referência a qualquer atividade lingüística que possamos ter na conta de “codificação”, de “disciplinização” ou de “sistematização simplificada”. Atestam simplesmente as atividades da “interpretação” e da “tradução”, que implicaram um intenso e efetivo trabalho de campo que, como pressupomos, se desenvolveu inicialmente com a indispensável ajuda dos remanescentes da “Expedição de Cabral”. E não faria o menor sentido alguém agora defender uma tese de que a “língua geral” foi obra destes remanescentes. As cartas escritas nos três primeiros anos da catequese atestam, portanto, a preexistência da “língua geral” ao primeiro produto da “codificação”.

## 5. Recapitulação e últimas apreciações

O processo da colonização portuguesa do Brasil teve suas falhas. Saliente-se, entre estas, a que é, sem dúvida, a

<sup>36</sup> FIGUEIRA, Luiz, Pe. op. cit. acima notas 24 e 25, p. 13.

<sup>37</sup> ARAÚJO, Antônio d', Pe. *Catecismo na língua brasílica*. Reprodução fac-similar da 1. ed. (1616), com apresentação pelo Pe. A. Lemos Barbosa. Rio de Janeiro, Pontifícia Universidade Católica, 1952. XVII + 180 p. (Biblioteca da Língua Tupi, 1). O trecho acima se lê nas páginas não- numeradas do “Prólogo”.

principal, ou seja, a não-implantação de um sistema de ensino formal independente do ligado à catequese. Fato explicável, porque, do início até meados do século XVIII, não fez parte do processo de colonização uma política prioritária destinada à implantação e expansão da "lusofonia". Esta falha retardou o nosso desenvolvimento. Como se sabe, a criação de universidades é fato bastante recente na história de nosso País, o que é deveras lamentável, sobretudo, quando consideramos que alguns países colonizados pelos espanhóis cedo tiveram instituições de ensino superior. Como lembra Silvio Elia, "Lima foi a capital do império colonial espanhol e aí se fundou a primeira Universidade da América do Sul, a de São Marcos (1551)".<sup>38</sup>

Mas não queiramos ver nesta falha um descaso, senão um acidente de estratégia do processo de colonização do Brasil. Esta falha é circunstancial, porque, como vimos, a colonização do Brasil esteve, do início até meados do século XVIII, visceralmente ligada ao processo da catequese. Descaso não podemos dizer que tenha havido, porque, se, por um lado, como nos diz A. Houaiss, "aqui ficaram ou foram sendo deixados portugueses — aventureiros ou desterrados — aos quais", a bem da verdade, mas fato também circunstancial, "iriam caber funções que prosperam séculos adentro, a dos línguas",<sup>39</sup> por outro, cumpre-nos reconhecer que os portugueses para cá mandaram o que de melhor possuíam: os Padres da Companhia de Jesus.

Além disso, há que levar em conta que, para o exercício de altas funções administrativas, os portugueses não enviaram para cá "aventureiros ou desterrados", senão homens altamente preparados. Mencionemos, para exemplificar, o nome de Pêro de Magalhães de Gândavo, copista da Torre do Tombo e Professor de Latim, que, em duas oportunidades, esteve no Brasil e pôde, graças a esta circunstância, demonstrar o seu potencial historiográfico, deixando-nos duas obras de valor e importância singulares: a *História da Província de Santa Cruz* (1576) e o *Tratado da Província do Brasil*, que só veio a ser publicado em 1826, segundo Buescu.<sup>40</sup>

Mas voltando à expressiva frase de Antônio Houaiss, que nos diz que "aqui ficaram ou foram sendo deixados portugueses — aventureiros ou desterrados — aos quais, em breve, iriam caber funções que prosperaram séculos adentro, a dos línguas", havemos de convir em que à circunstancialidade deste fato se deve, sem nenhuma dúvida, a

rápida e surpreendente aprendizagem da "língua geral" por parte de alguns membros da Companhia de Jesus. Estes "aventureiros ou desterrados", que aqui "foram sendo deixados" pelas expedições portuguesas que antecederam à de 1549, entregues à própria sorte, foram os que primeiro aprenderam a língua nativa através do contato direto com um de seus "dialetos" ou "falares", ou seja, com o "dialeto" ou "falar" da localidade onde eram deixados. Este "dialeto" ou "falar" podia ser, portanto, ora o dos Tupinambás, ora o dos Tupiniquins, ora o de que outra nação indígena fosse.

Com a ajuda destes "aventureiros ou desterrados" é que os membros da Companhia de Jesus conseguiram adquirir os conhecimentos iniciais da "língua geral", para, depois, tornarem-se, mediante o estudo e a observação direta da realidade lingüística, suficientemente aptos ao desempenho das atividades da "interpretação", da "tradução" e da "codificação". Há evidências nas *Cartas Avulsas* de que, para a efetuação das primeiras traduções, os Jesuítas não puderam prescindir do concurso dos mais antigos "aventureiros ou desterrados", que eram os remanescentes da "Expedição de Cabral". Alguns destes remanescentes, além de bem falarem esta língua, eram até capazes de nela escrever. Foi a um destes que, para sua "grande consolação", o Padre Juan de Azpilcueta Navarro encontrou, quando cumpria a tarefa, que lhe havia sido atribuída pelo Padre Manoel da Nóbrega, de traduzir orações, mandamentos e passagens bíblicas para a língua indígena. Estes remanescentes, que sabiam representar graficamente a língua indígena, denominavam-se "mestres do abanhéenga".<sup>41</sup>

O que era o *abanhéenga*? Esta indagação comporta resposta de natureza hipotética, pois, no fundo, não sabemos o que exatamente foi de um ponto de vista estritamente lingüístico, vale dizer, não temos condições de precisar-lhe a "índole" dialetal. Mas assim mesmo, indagação pertinente, cuja (s) resposta (s) pode (m) encaminhar possíveis discussões futuras em torno da controvertida questão da "naturalidade" e/ou "artificialidade" da "língua geral".

Seguindo o caminho desta controvertida questão, cumpre-nos orientar as "possíveis discussões futuras" mediante o parcelamento desta questão em três "miniquestões", a saber: a primeira será a de saber se a "língua geral", de fato, existiu; a segunda, a de saber se, tendo existido, sob que condições existiu; e a terceira, a de precisar-lhe a "índole" ou "natureza" dialetal.

<sup>38</sup> ELIA, Silvio, op. cit., p. 206. Todavia, como muito bem afirma Rubens Borba de Moraes, op. cit., p. 173: *O Brasil colonial não viveu no obscurantismo. Não tivemos, é verdade, universidades como o México e o Peru, mas tivemos tantos livros e livrarias quanto as colônias espanholas.*

<sup>39</sup> HOUAISS, Antônio, op. cit., p. 46.

<sup>40</sup> Cf. BUESCU, Maria Leonor Carvalhão. "Introdução". In: GÂNDAVO, Pêro de Magalhães de. *Regras que ensinam a maneira de escrever e a Ortografia da Língua Portuguesa*. Com o Diálogo que adiante se segue em defesa da mesma língua. Edição fac-similar da 1. ed. Lisboa, Biblioteca Nacional, 1981. As páginas da "Introdução" não são numeradas.

<sup>41</sup> A expressão "mestres do abanhéenga" é empregada por Afrânio Peixoto na nota 21, p. 74, apêndice à C. Av. IV "do Padre Juan de Azpilcueta-Navarro da Cidade do Salvador do ano de 1551", p. 69-73. O autor, no entanto, não entra em detalhes explicativos, limitando-se a "remissão" à nota 1, p. 54-5, mas esta não oferece as explicações que o leitor há de desejar. Podemos esclarecer que *abanhéenga* é formação composta de *aba* 'homem' e *nhéenga* 'voz'. Sobre o assunto, v. BARBOSA, A. Lemos, Pe. op. cit., p. 35 e 43. Menos literalmente, o termo *abanhéenga* significa 'língua de gente', conforme a tradução de ELIA, Silvio, op. cit., p. 187.

No que diz respeito à primeira, temos a impressão de que ninguém duvidará de que ela, de fato, existiu, não importando sob que condição tenha existido. Todavia, a admissão unânime de sua existência não permite aceitar ou refutar a tese de que a "língua geral" teria sido "obra dos jesuítas". No que tange à segunda, quer-nos parecer que nenhuma dúvida deve pairar sobre a sua existência em condições naturais, pois que estas estão patenteadas por provas documentais. Estas provas demonstram que a "língua geral" não foi "obra dos jesuítas", pois que estes, antes de a codificarem, tiveram, primeiro, de aprendê-la com a intermediação dos "línguas" e dos "mestres do abanhéenga". Isto, fique bem claro, significa que a "língua geral", o *abanhéenga*, preexistiu à "codificação".

A terceira "miniquestão" é a mais complexa, pois que, até o momento pelo menos, não temos condições de afirmar se o *abanhéenga* foi, de fato, uma "língua geral" a compreender

vários "dialetos" e/ou "falares" aparentados, isto é, um conglomerado de "dialetos" e/ou "falares tupis" a permitir a intercomunicação entre falantes de dialetos ou falares específicos, ou simplesmente um "dialeto" ou "falar" de maior amplitude e expressão a compartilhar traços dos demais dialetos.

Só uma coisa nos parece rigorosamente certa: o *abanhéenga*, "língua", "dialeto" ou "falar" era o instrumento lingüístico usado por "falantes nativos", "línguas" e "mestres do abanhéenga" e foi este, com certeza, o instrumento lingüístico adquirido pelos membros da Companhia de Jesus. Adquirido e praticado por "intérpretes" e "tradutores" e muito cedo "coficidado", em termos descritivos, pelos autores das duas primeiras "artes de gramática". Quanto a saber se este tem como objeto da descrição a mesma língua ou o mesmo dialeto e/ou falar, é questão que fica para outro tempo.

Fortaleza, 6 de outubro de 1992.